

03 DE MAIO OU 22 DE ABRIL DE 1500? A RE-INVENÇÃO DO NASCIMENTO DA NAÇÃO

*Wander Paulus de Souza dos Santos**

Este trabalho é decorrente do projeto de pesquisa *Descobrimento do Brasil: representações sociais de Brasileiros e Portugueses* do Departamento de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nosso objetivo na referida pesquisa, a propósito do Quinto Centenário da chegada de Cabral, é debater a criação de discursos para as comemorações do evento, a partir da apropriação do caráter histórico ou do sentimento historicista legitimador,¹ impregnado de valores e interesses, utilizando símbolos,² significados, criando representações sociais³ que poderiam ou não convergir para o objetivo desejado por seus criadores, formando ou não uma memória.

Nesse projeto, voltamos nossas atenções para o programa de celebração do Descobrimento do Brasil em 1900 desenvolvido tanto pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quanto pela Associação Comemorativa do IV Centenário do Descobrimento do Brasil. Assim, alguns aspectos merecem ser destacados. O primeiro, é que a comemoração do IV Centenário constituiu-se na primeira celebração do Brasil como país independente. Fatalmente, o mito de origem da Nação deveria ser criado ou resgatado. A própria idéia de Nação, carecia de maior sedimentação, visto que durante a Regência e o Segundo Reinado eclodiram algumas revoltas com objetivos separatistas. O Brasil construía-se como Nação. Discutiam-se ainda, a identidade de seu povo, sua cultura. Problemas esses, que seriam retomados a partir da década de vinte deste século e que criaram um enraizamento dentro da nossa sociedade.

O segundo aspecto, deve-se a contextualização das Comemorações. Como regime recente, a República carecia de afirmação dentro do debate político do país. O governo Campos Salles, recebeu de seus antecessores, a garantia do público. Tanto o governo do Marechal Floriano Peixoto quanto o de Prudente de Moraes (mesmo sendo vítima de um atentado), organizaram as regras de convivência e da disputa da hegemonia do poder republicano. Em última análise, administraram a arena política, com a força pela lei. As

ameaças de golpes sempre existiram, mas existiam momentos em que as dificuldades de sua concretização faziam com que trafegassem na esfera da impossibilidade. E parecia que esse era o momento, os monarquistas não possuíam tanta força, nem os jacobinistas possuíam organização contínua, capaz de serem apreciados como uma oposição, e estavam esvaziados após o governo e a morte do Marechal Floriano.

A função do novo presidente era de organizar a economia brasileira em crise, devido a política inflacionária e especulativa dos últimos governos. Para isso, era preciso a afirmação da idéia de República, de Nação, legitimando o esforço ou o sacrifício a ser feito por toda a sociedade ou pelo menos, os escalões mais baixos da pirâmide social. Desta maneira, as Comemorações ainda carregam traços do Florianismo, responsável pela afirmação do estabelecimento da ordem pela lei, em última análise, a afirmação da República. Em nome da Nação.

O terceiro aspecto, diz respeito ao fato de terem ocorrido duas comemorações distintas. A primeira, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que festejou restritamente o Descobrimento do Brasil no dia 22 de abril de 1900, com uma sessão solene na Academia Nacional de Medicina da cidade do Rio de Janeiro. A segunda, organizada pela Associação Comemorativa do IV Centenário, tendo como palco dos festejos a região da Praça da Glória, na cidade do Rio de Janeiro, abrangeu o período compreendido entre 03 (data do Descobrimento) e 06 de maio.

A documentação pesquisada compreende: as atas de reunião do Instituto Histórico entre os anos de 1892 e 1910, os exemplares do jornal *O Paiz* durante o primeiro semestre de 1900, responsável pela divulgação das reuniões da Associação. Pretendemos analisar o discurso em torno do fato comemorado, que pudesse construir uma memória-histórica - "relato indireto de experiência vivida em épocas passadas por outras pessoas de eventos que marcam a história nacional"⁴ - capaz de criar um campo de experiências, representações e sentimentos comuns, dando à sociedade laços de identidade. Convergindo-os para o sentimento de Nação; verificaremos ainda, a possível existência de uma memória que já cumpria esse papel,⁵ porém despossuída dos propósitos formulados naquela arena de debates em que se transformou as ditas comemorações.

A idéia de celebrar o Descobrimento do Brasil em 1900, surgiu após as comemorações do IV Centenário da chegada de Cristóvão Colombo na América. Tanto *O PAIZ* que "...em 1892 deu talvez o primeiro brado da idea de solemnizar-se o 4º Centenário do Brazil..."⁶ quanto o Instituto, na forma de exposição de alguns trabalhos sobre a chegada de Cabral, demonstram essa preocupação.

O Instituto, criado em 1838, através de suas publicações, pesquisas documentais, divulgação de fontes e trabalhos relativos ao passado recente do país, fora identificado como Casa da Memória Nacional.⁷ Mas a principal característica dessa instituição, seria a sua proximidade com a Monarquia Brasileira, principalmente no culto ao Imperador Pedro II, seu patrono. Fiel a sua identidade, o Instituto pretendia realizar uma comemoração de extrema suntuosidade, com iluminação a frente da sede do mesmo, ornamentações, publicações de livros, distribuição de medalhas, moedas e selos comemorativos.

A partir de 1893, a temática do Descobrimento seria retomada na discussão de vários trabalhos sob a perspectiva historicista.⁸ Cabe aqui, a citação do artigo *Indicações sobre a História nacional* de Tristão de Alencar Araripe, presente na revista trimestral do Instituto, afirmando a História, como a única ciência que pode dar "conta da curiosidade sobre a pátria que surge nos patriotas" explicando o presente pelo passado; defendendo o estudo da colonização brasileira, principalmente daqueles que a fizeram, evocando o nome dos primeiros exploradores, glorificando seus feitos em detrimento aos militares.⁹ Adiante, houve a proposta do General Couto Magalhães, que ressaltou as tradições indianistas do grêmio, solicitando que na publicação de um livro intitulado *Quarto Centenário do Brasil* houvesse uma perspectiva americana na análise do descobrimento e da colonização, inserindo a contribuição indígena para a unidade nacional durante o processo de expulsão dos invasores estrangeiros.¹⁰

Outros exemplos poderiam aqui ser citados, mas para a discussão a que se detém esta comunicação, devemos ressaltar, que, contribuiriam para a formação de uma memória histórica do descobrimento, as seguintes proposições: o Descobrimento ocorrido em 1500, fora efetivamente o do Brasil, remetendo-nos à unidade nacional já existente e consolidada pela

monarquia, nomeando o fato de *Descobrimento do Brasil*. Embora, a discussão sobre o conceito de América Portuguesa seja recente, a idéia da unidade territorial e nacional estava presente no mito de origem da Nação. Outro aspecto a ser salientado constitui-se na data de 22 de abril, uma questão emblemática, como pretendemos demonstrar.

O planejamento da celebração, que se pretendia nacional e tendo à frente o Instituto foi iniciado em meados de 1898. Os membros daquela corporação, receberam, em agosto daquele ano, um convite da Associação Comemorativa do Descobrimento do Brasil, responsável pelas festas em todo o país, pedindo a integração do IHGB nas ditas comemorações.

O Instituto, cioso das suas prerrogativas, optou por fazer a sua própria celebração. A partir daí, começaram a aflorar as dificuldades econômicas do grêmio para efetivar sua programação. Mediante a negativa de verba por parte do Senado Federal, em setembro, o IHGB resolveu economizar nas comemorações, cortando os possíveis gastos com as atividades.

Alguns detalhes da festa foram garantidos por meio dos esforços pessoais de seus sócios, como o General Couto Magalhães, que se propôs a arrecadar fundos para a publicação da poliantéia em homenagem à chegada de Cabral. Com sua morte, às vésperas dos festejos, os recursos não foram suficientes para tal edição, sendo então, realocados. Outro caso foi o do sócio, recém empossado - na época das celebrações - Antônio Zeferino Cândido, que conseguiu a impressão gratuita na Imprensa Nacional, ordenada pelo Presidente da República, Campos Salles, e incluiu seu discurso de posse no IHGB no exemplar alusivo à data.

A segunda celebração teve como promotora a Associação Comemorativa sediada no Clube Naval, responsável pelos festejos no âmbito nacional. Essa entidade conseguiria motivar setores expressivos da sociedade, conclamando através do jornal *O PAIZ*, toda a população brasileira, inclusive os imigrantes aqui residentes, demonstrando *a união e o patriotismo da nação*, para festejar a origem do Brasil.

Além de distribuir títulos de sócios beneméritos a cidadãos ilustres, recebia contribuições financeiras das unidades federativas da República, de algumas fábricas, de empresas responsáveis pelos serviços na cidade, como

por exemplo, a Cia de Gaz, Cia de Luz Stearica, Ferro Carril Carioca e outras.

Como já foi explicitado, os festejos iniciais ocorreriam entre os dias 03 e 06 de maio. Porém, as comemorações se estenderiam até 07 de setembro, assim como o previsto pelo Instituto. Dentro das atividades programadas estariam a celebração de uma missa campal no aterro do Russell, um cortejo cívico que desembocaria no Largo da Glória, onde seria entregue ao público o monumento em Homenagem a Cabral e a abertura da Exposição Artístico-Industrial Fluminense no Liceu de Artes e Ofícios. Até a data da independência, as festas prosseguiriam com a inauguração de importantes prédios e obras de arte - como a do Clube Naval e a do painel de Vitor Meireles sobre o descobrimento -, além da venda de selos alusivos à efeméride.

Tal qual acontecera no Instituto Histórico, a idéia de unidade nacional, também permeou o discurso das comemorações. A coluna responsável, no jornal *O PAIZ*, pela difusão da programação da festa denominava-se sugestivamente, *4º Centenário do Brasil*.

Alguns aspectos dessas duas comemorações são divergentes e coerentes com as propostas políticas dos seus produtores. Vamos a eles.

Inicialmente, quanto ao tratamento dado ao discurso histórico, nas intervenções do Instituto, seria valorizado o passado no sentido de compreender o presente. As raízes da unidade nacional foram fixadas nos portugueses e nos indígenas. Do ponto de vista cronológico, o período abarcado pelas comemorações vai de 22 de abril a 07 de setembro, existindo até, um debate acerca da inclusão da data de 23 de janeiro, alusiva à chegada da Família Real Portuguesa, o que aproximava a chegada de Cabral ao processo de emancipação política a partir de 1808. A herança portuguesa é destacada nesse momento.

O mesmo legado, nos artigos publicados no Jornal *O PAIZ*, também seria ressaltado, mas a perspectiva do discurso não nos aponta apenas para o passado. A seta se direciona para o futuro, o início de uma nova era balizada pela comemoração. Tanto que alguns dos artigos publicados durante o período de 03 a 06 de maio, aludiam à uma reta de evolução histórica, prevendo a chegada a um futuro promissor de progresso e civilização. Estes

seriam obtidos por um conjunto harmonioso formado por representantes e signos da Nação presentes: o poder executivo federal, as províncias, os batalhões do Exército, os representantes do legislativo, as fábricas e a população, *amalgamados pela memória construída pela ordem republicana de então*. A Exposição Artístico-Industrial iniciada na semana das festividades, espelharia o sinal material do futuro promissor da Nação. Parece que, desde essa época, o Brasil seria o *páis do futuro*.

Diferenciando-se do Instituto, a data escolhida pela Associação seria o dia 03 de maio. Baseando-se na reforma gregoriana, quando a partir de 04 de outubro de 1582, adicionou-se ao calendário juliano, onze dias. Por esse raciocínio, o dia 22 de abril na verdade teria sido 03 de maio. Porém, o Instituto, fundamentado na argumentação do padre jesuíta, e sócio daquele grêmio, Raphael Maria Galanti, esclareceu que a dita Reforma não teria efeito retroativo. Optou, portanto pela data de 22 de abril.

É certo que esse argumento não ficara restrito às esferas do Instituto. Embora pudessem manter uma certa animosidade, as duas organizações preservaram relações cordiais, trocando inclusive convites. Levando a crer que, tanto um quanto o outro sabia dos argumentos relativos às datas. A manutenção evidenciava a existência de dois projetos diferentes de comemorações que tinham nas datas os signos de sua divergência.

Como caracteriza José Murilo de Carvalho, essa fase republicana se apropriou de alguns símbolos, na tentativa de criar uma identidade para o país relacionada ao novo regime.¹¹ As comemorações manipulam o discurso histórico no intuito de criar uma memória. Assim, a data de 03 de maio se insere nesse contexto, uma conjuntura onde se remete à origem da nação, à gênese de tudo que seríamos. Momento propício do discurso republicano.

Outro detalhe a destacar é a localização das comemorações na praça da Glória, onde seria inaugurado um monumento em homenagem a Cabral, feito por Rodolpho Bernadelli. Local tradicionalmente ligado a festas populares do Império, serviu de arena para o espetáculo republicano. Houve, também, um pedido por parte do jornal *O Paiz* que toda a população enfeitasse sua casa, sua calçada, comemorando a data.

A comemoração nesse sentido não teria o caráter efêmero e sim duradouro. Comemorar, portanto, implicava em envolver toda a sociedade

num panteon de desejos, aspirações e memórias comuns a todos, ou seja, memorar junto, com. A tentativa de festejar o centenário no feriado de 03 de maio, frustra-se quando todo ano rememoramos o descobrimento do Brasil em 22 de abril.

Embora os discursos de ambas instituições pudessem estar fundamentados pela *ciência social* e pelos homens de direito, não conseguiram vencer às representações pré-existentes na sociedade.

O discurso da Associação, dessa forma, funcionaria apenas como uma alegoria, sendo rebaixado à condição de ficção, para os valores historicistas da época, e frente ao sentimento de realidade sustentado pela memória coletiva em torno da data de 22 de abril. Da mesma maneira, a idéia de unidade nacional não sugeria a existência de uma nação, e sim do espaço físico.

Assim como os símbolos criados pela República - a exemplo da bandeira e do hino - fundamentavam-se em tradições anteriores a ela¹², a data emblema da origem da Nação, não seria o 03 de maio pretendido pelo discurso republicano e sim o 22 de abril, da memória da sociedade brasileira, presente em um outro debate. Aqui, a construção de uma nova memória-histórica foi preterida pela memória coletiva, onde o discurso do Instituto e da Associação certamente tinha outro peso e outra medida.

Notas

- * Graduando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.
- 1 Chamamos de sentimento historicista, a idéia, pelo caráter científico dado a História, de neutralidade do discurso histórico desprezível de valores políticos, legitimando justamente o seu contrário, os interesses contidos nele.
- 2 Carvalho, José Murilo. *Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.13.
- 3 Entendemos representações sociais como "uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social" ver Celso Pereira de Sá. *O campo de estudo das representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1996. p.32.
- 4 Valdeci Lopes de Araújo. "A Reflexão Sobre a Contribuição do Conceito de

- Memória na Primeira Parte do Século XX". In: *DIA-LOGOS - Revista de História*. Rio de Janeiro: 1(1): pp 65, 1997. Artigo onde o autor confronta os conceitos de memória em Mauricie Halbwachs, Henri Bergson passando por Marcel Proust.
- 5 Valdeí Lopes Araújo. "A Reflexão Sobre a Contribuição do Conceito de Memória na Primeira Parte do Século XX". op. cit, p. 65, 1997. Nos preocupamos aqui, com o conceito de Memória Coletiva de Halbwachs, matriz teórica da pesquisa feita.
 - 6 Jornal "O Paiz", Rio de Janeiro: 20 de fevereiro de 1900. p.1.
 - 7 Lúcia Maria Paschoal Guimarães. *Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1997. p. 557-98.
 - 8 Arno Wehling. *A Invenção da História - Estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Editoria Central da Universidade Gama Filho; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994;
 - 9 Revista do IHGB Vol 90 pp 259-91, 1895.
 - 10 Revista do IHGB Vol 98 pp 671-74, 1898.
 - 11 CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas*. op. cit, p. 13.
 - 12 Idem, p.109-28.

Normas para Publicação

A Revista Dia-Logos aceita para publicação trabalhos originais relacionados à história que se enquadrem nas seguintes categorias: relatos de pesquisas, estudos teóricos, revisões críticas de literatura e resenhas.

Os trabalhos enviados serão avaliados pelo Conselho Consultivo. Os autores serão notificados da aceitação ou não de seus artigos. Os originais, mesmo quando não aproveitados, não serão devolvidos.

Os artigos assinados expressam as opiniões de seus autores. A reprodução das matérias é permitida, desde que citada a fonte.

- TEXTO DIGITADO NO EDITOR WORD FOR WINDOWS 6.0;
- MÁXIMO DE 15 PÁGINAS E MÍNIMO DE 10 PÁGINAS;
- RESUMO COM, NO MÁXIMO, 10 LINHAS;
- MARGENS ESTABELECIDAS:
 - SUPERIOR - 2,0 CM;
 - INFERIOR - 2,0 CM;
 - ESQUERDA - 3,0 CM;
 - DIREITA - 3,0 CM;
- FONTE: TIMES NEW ROMAN, COM TAMANHO 12, TEXTO JUSTIFICADO E COM 1,5 CM DE PARÁGRAFO;
- ESPAÇO ENTRE LINHAS 1,5 CM;
- SEM NUMERAÇÃO DE PÁGINA E OBSERVAÇÕES NO CABEÇALHO OU RODAPÉ.

As notas e/ou referências bibliográficas deverão vir no final do texto, numeradas correlativamente, devendo ser observadas as seguintes normas:

Para livro:

a) nome do autor, b) título da obra (em itálico), c) número da edição (se não for a primeira), d) local de publicação, e) nome da editora, f) data da publicação, g) número(s) da(s) página(s).

Ex.: José Murilo de Carvalho. *A formação das Almas - o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p.25.

Para artigo:

a) nome do autor, b) título do artigo (entre aspas), c) nome do periódico (em itálico), d) volume e/ou número do periódico, e) local de publicação, f) data da publicação, g) número(s) da(s) página(s).

Ex.: Edgar de Decca. "A ciência da produção: fábrica despolitizada". *Revista Brasileira de História*, nº 6, São Paulo, 1984.

Serão enviados a cada autor dois (2) exemplares do número em que estiver publicado seu artigo.